

Editorial

Biografia, memória dos povos negros e indígenas e usos do território na América Latina

Everaldo Batista da Costa ¹



Doi: <https://doi.org/10.26512/patryter.v9i18.61721>

Este editorial do núm. 18, vol. 9 da *PatryTer* (Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades) trata, sinteticamente, da relação entre biografia, memória dos povos negros e indígenas e território, recuperando o enfoque da “biografia do sujeito ↔ história do território”, núcleo metodológico de nosso projeto “Utopismos patrimoniais pela América Latina”, do qual resultou, inclusive, a criação desta revista, no ano de 2017.

Tal projeto completou uma década de atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, no âmbito do Gecipa/CNPq (Grupo de Pesquisas sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe), o qual coordeno há 15 anos. Projeto que já abarcou inúmeras pesquisas em nível de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de parcerias acadêmicas com colegas do México, Cuba, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Peru, Chile, Argentina e Espanha.

A teoria, os conceitos e as noções derivadas desse projeto macro dão um giro no tradicional enfoque do patrimônio cultural, a partir da releitura das cidades, do urbano e da urbanização na América Latina e Caribe, com a proposta do conceito decolonial-existencial “patrimônio-territorial” (o qual tensiona o debate do patrimônio cultural e da urbanização no continente). O vasto trabalho de campo realizado na América Latina, desde o ano 2015, especialmente nos descritos países, com parte dos quais mantemos acordos institucional de cooperação acadêmica, favorecem revisar permanentemente a teoria e ciclo de conceitos resultantes da pesquisa, que podem ser consultados, com maior profundidade, em Costa (2016, 2017, 2018, 2021a, 2021b, 2024, 2025a, 2025b), assim como na coletânea Costa, Maluly, Lima & Queiroz (2025) ou nos dossiês especiais do núm. 14, vol. 7 e núm. 6, vol. 3 desta revista.

Este editorial apenas esboça a ideia central da metodologia que pauta a pesquisa em seu desenvolvimento, que envolve a interação “biografia do sujeito ↔ história do território”, correlacionando as dimensões sujeito-lugar-mundo. Ideia de sujeito que não é restrita ao indivíduo (incorporando-o), mas que abarca grupos sociais historicamente subalternizados no continente, ou seja, os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e as classes sociais desprestigiadas ou subalternizadas política, econômica e culturalmente na região latinoamericana. É através dessa interação que encontramos a concreticidade do espaço geográfico (abstração) dentro das dimensões: a biografia do sujeito vivente, a história territorial correspondente a cada país do continente e a memória enquanto fio que tece a relação sujeito-lugar-mundo.

A “biografia dos sujeitos” faz-se com a “história do território” intermediada pelo patrimônio-territorial (conceito-fato), que se expressa pelas formas de manter a religiosidade, de habitar, de alimentar, de vestir, de trabalhar, de estar sobre a Terra, de cultivar a terra, de realizar a política de sítio e os enfrentamentos, diante da pressão e da opressão que, paradoxalmente, forjam lugares e orientam de maneira desigual os usos dos territórios (Costa, 2025a, 2025b; Santos, 2000). Patrimônio-territorial que não exige nenhum tipo de

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) e Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Editor-Chefe de *PatryTer*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0734-6680>. E-mail: everaldocosta@unb.br.

institucionalização, a não ser o autorreconhecimento e a ativação comunitária endógena, pois é o sustentáculo da vida ordinária e da esperança oriunda do vínculo dos referidos grupos sociais com o lugar, a produzir paisagens e defender usos territoriais. Metodológica e existencialmente, estudos concretos relacionados ao patrimônio-territorial devem aprofundar o par dialético “biografia de sujeitos historicamente subalternizados” e a “história dos territórios”, inclusive, para o desprendimento epistêmico e político estimulante da práxis popular (esta sim expressão de descolonização de poderes, de saberes, de práticas e de consciências).

Os resultados dos estudos sobre o patrimônio-territorial revelam biografias, memórias, modos de vida, objetos e assentamentos que materializam, subjetivam e favorecem a esperança individual e coletiva dos grupos e indivíduos materialmente empobrecidos.² As matrizes situadas da esperança individual e comunitária (que passam pelas alternativas criadas no espaço vivido ou âmbito do cotidiano, do trabalho às formas de organizações comunitárias ou expressões materiais-imateriais da existência dos sujeitos) subsistem enquanto práxis populares reivindicatórias face aos poderes hegemônicos, de forma que as políticas de sítio indígenas e afrodescendentes pela liberdade e direito ao uso do território antecedem a filosofia decolonial e configuram-se como uma espécie de “decolonialidade originária” que reivindica e favorece a vida ante os mecanismos de dominação e morte. “La decolonialidad originaria (en tanto praxis popular) y el patrimonio-territorial (instrumento concreto y consciente de tal praxis) fueron y son la manera que tienen los sujetos subalternizados y humillados para seguir viviendo, de perdurar en el territorio, siendo inherentes o parte del territorio, desde la contra-conquista; se confunden la biografía de los sujetos con la historia misma del territorio” (Costa, 2024, p. 19).

Logo, a interpretação de casos relativos a patrimônios-territoriais na América Latina pode ser realizada pela interação dialética representada nas histórias individual e espacial, onde a utopia e os utopismos correspondem às projeções e às ações em andamento, ao que se perfaz no presente e é lançado ao futuro pela força movediça das memórias favoráveis à luta pelo direito ao uso do território. Vale um parêntese para anunciar que o novo livro de Maria Adélia de Souza, *Geografia e razão prática*, aprofunda o debate sobre os usos territoriais, que refutam a despolitizada tese do espaço geográfico como palco, plano onde as coisas acontecem, sendo o uso “produto das disputas políticas resultantes das relações e lutas entre classes sociais” (Souza, 2025, p. 53); enfoque que valida e adensa a perspectiva *outra* do patrimônio-territorial.

É pela força da memória que se revigora a esperança e que os indivíduos e grupos sociais subalternizados perduram sobre a Terra, apesar das violências que os afligem na história. Memória não restrita à ideia de lembrança, mas como atributo cognoscente cuja força é geradora real de conexões, identificações e projeções mentais e reais, vinculadora de situações espaciais que perduram em franco processo de resignificação (ora lenta, ora vivaz). Memória aqui tem relação direta com o empírico subjetivamente registrado e permanentemente resignificado em favor da vida dos grupos sociais oprimidos. A memória, assim, detém um papel social quando, com o tempo, é importante reconhecer “a alta função das lembranças. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número de imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora” (Bosi, [1979] 2012, p. 81).

Tal reflexão coincide com uma descoberta familiar que acabo de fazer, no contexto da escrita de meu memorial (um ensaio autoetnográfico) para Professor Titular da Universidade de Brasília, o qual será apresentado a uma banca avaliadora na metade de 2027. Na reconstituição de minha memória familiar materna, cuja origem é o antigo Arraial do Onça, Emboabas (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, Brasil), deparei-me com Rosa, mulher negra alforriada em 1888 que, após o falecimento da mãe de meu avô José Maximiano do Nascimento (Amélia Augusta da Conceição), em 1921, foi quem o criou por toda a infância. O fato que dou notoriedade, neste momento, é o de que, em meu contexto familiar, não restam outras lembranças de Rosa, além de seu primeiro nome e de uma fotografia guardada em um caixa que, por volta do ano de 2010, foi-me apresentada por minha avó Maria Madalena de Jesus (vó Madalena), falecida em 2020. Além de minha avó, apenas uma tia (Isanir Imaculada Moreira), entre tantos/as outros/as familiares, trouxe como única lembrança o nome de Rosa.

Depois de 15 anos que tive acesso à sua fotografia e agora colocando-me como objeto de minha própria proposta (a interação biografia do sujeito ↔ história do território, por meio de uma autoetnografia),

² Além dos nossos trabalhos, tais resultados que podem ser conferidos também em outras autorias latinoamericanas, como Rodríguez (2020), Rodríguez Ventura & López (2023), Mesquita (2020) e Mancini & Tommei (2025).

identifico que Rosa praticamente desapareceu da memória familiar. É necessário tocar na invisibilização legal e familiar de Rosa e, como ela, outros milhares de homens e mulheres afrodescendentes e indígenas cuja memória foi e é apagada, no Brasil e demais nações colonizadas no continente. Os negros, negras e indígenas devem ser reconhecidos como protagonistas na formação socioespacial³ de cada país latinoamericano, pois enlaçam e robustecem nossos principais aspectos da cultura, da política e da economia históricas nacionais.

Em homenagem a todos negros, negras e indígenas esquecidos em âmbitos familiares e institucionais no Brasil e América Latina, a capa do núm. 18, vol. 9 de *PatryTer* traz a única fotografia de Rosa presente no acervo de minha família materna, reconhecendo que a memória carrega uma força determinante e preditiva, ou seja, de ação favorável à manutenção ou contestação geracional dos eventos ocorridos em diferentes âmbitos (do familiar ao coletivo, grupal ou de classes) e escalas (do local ao regional, do nacional ao global), como foi (e é) a imposição do catastrófico sistema escravista na Terra.



Figura 1

Rosa, mulher negra alforriada que criou meu avô, José Maximiano do Nascimento, a partir de 1921, quando faleceu sua mãe. Seu primeiro nome foi informado por minha tia Isanir Imaculada Moreira (sem outras informações).

Fonte:

acervo de Maria Madalena de Jesus, década de 1930.

Por fim, este novo número da *PatryTer* traz artigos de pesquisadores do Chile, México, Argentina e Brasil, oriundos das diferentes ciências sociais e ciências sociais aplicadas, inclusive da Geografia, enquanto resultados de pesquisas que tocam em aspectos das violências, das lembranças e de esquecimentos, mas também das formas de re-existência e luta popular (índigena e negra) pelo direito ao uso dos territórios na América Latina.

Desejamos uma boa leitura deste novo número!

Referencias

- Bosi, E. ([1979] 2012). *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. In *Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica* (pp. 1-32). Barcelona: Universidad de Barcelona. http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf.

³ Categoria fundamental na obra de Milton Santos (1977).

- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26(2), 53-75. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>.
- Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*, (96), 1-26. <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59593>.
- Costa, E. (2021a). Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. *Revista Geográfica Venezolana*, 62(1), 109-127. <https://doi.org/10.53766/RGV/2021.62.01.05>.
- Costa, E. (2021b). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91-120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>.
- Costa, E. (2024). Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial. Giro epistémico desde el Sur. *Eutopía. Revista De Desarrollo Económico Territorial*, (25), 11-32. <https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175>.
- Costa, E. (2025a). Utopismos patrimoniais pela América Latina e o conceito patrimônio-territorial. In M. Tereza Paes & J. Souza (Ed.). *Abordagens geográficas do patrimônio cultural* (pp. 131-162). Campinas: Amazônica Bookshelf.
- Costa, E. (2025b). Patrimônio-territorial decolonial e desigualdade socioespacial na América Latina. Genealogia do conceito. In Evandro C. Nascimento et. al. (pp. 89-108). Santo Ângelo: Ilustração.
- Costa, E., Maluly, V., Lima, L. & Queiroz, P. (2025). América Latina: urbanização, território e sociedade. Rio de Janeiro: Consequência.
- Costa, E. & Moncada, J. (2021). Decolonialidade originária latino-americana e condicionamento barroco do território novohispano: conventos, presídios e povoados de índios. *Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía*, 30(1), 3-24. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>.
- Costa, E., Tirapeli, P. & Moncada, J. (2022). Decolonialidad originaria, barroco mestizo y territorio en América Latina (del Rosario de Puebla a Tonantzintla de Cholula, México). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, (30), 1-44. [10.1590/1982-02672022v30e26](https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e26).
- Mancini, C. & Tommei, C. (2025). Mapeo participativo, planificación y patrimonio-territorial. La Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina). *PatryTer*, 9(17), 01-19. <https://doi.org/10.26512/patryter.v9i17.54713>.
- Mesquita, E. (2020). Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai. *PatryTer*, 3(6), 167-184. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32283>.
- Rodríguez Ventura, D. & López, A. (2023). Subsistema vida cotidiana: aporte metodológico al ordenamiento territorial desde la Zona Arqueológica de la Sierra de San Francisco, México. *PatryTer*, 6(12), 01-21. <https://doi.org/10.26512/patryter.v6i12.42828>.
- Rodríguez, A. (2020). Activación de un patrimonio-territorial mexicano, el amaranto en Santiago Tulyehualco, México. *PatryTer*, 3(6), 96-108. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26642>.
- Santos, M. (1977 [2017]). Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, (54), 81-100.
- Santos, M. (2000). El territorio: un agregado de espacios banales. *Boletín de Estudios Geográficos*, (96), 87-96.
- Souza, M. A. (2025). *Geografia e razão prática, diálogos multidisciplinares*. São Paulo: EdUSP.